

# A AVALIAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL – UM ESTUDO SOBRE AS SUAS NOVAS DIMENSÕES PEDAGÓGICAS

---

*Marize Alves Langoni<sup>1</sup>*

## **Resumo:**

Este trabalho tem o objetivo de mostrar a importância dos processos avaliativos em busca do real conhecimento cognitivo, configurando uma nova visão pedagógica com a finalidade de promover o aluno. A avaliação passa a utilizar os resultados como pontos de partidas ou "check-ups", chamados de diagnósticos para o redimensionamento de novos estudos, cuja redefinição implicará em uma promoção no processo de ensino/aprendizagem, garantindo a qualidade na educação.

**Palavras – chave:** Avaliação- promoção- diagnóstico- qualificação - redefinição.

## **Abstract:**

This work has the objective to show the importance of the evaluate processes in search of the real cognitive knowledge, configuring a new pedagogical vision with the purpose to promote the pupil. The evaluation starts to use the results as starting points or "check-ups", diagnostic calls for the redimensionament of new studies, whose redefinition it will imply in a promotion in the learning/teaching process, guaranteeing the quality in the education.

**Key words:** Evaluation- promotion -diagnostic – qualification - redefinition.

---

A avaliação no ensino fundamental sofreu mudanças consideráveis após as novas reformas educacionais ocorridas nos últimos anos. Diferentes modalidades de se avaliar foram introduzidas nos currículos com a intenção de flexibilizar as práticas escolares, ocorrendo, contudo, alguns equívocos na sua operacionalização, provocando distanciamentos da proposta curricular com as disfunções pedagógicas, principalmente em aspectos que envolvem os processos de ensino aprendizagem.

Percebe-se atualmente, em torno das escolas, funções pedagógicas avaliativas que mais prescrevem o fracasso que a promoção do aluno, compondo um quadro de ordem de exclusão, porque educando não consegue aprender o básico- ler e escrever- seja pelo despreparo do professor utilizando metodologias confusas, gerando o

---

<sup>1</sup> LANGONI, Marize Alves – graduada em Pedagogia, especialisata em Inspeção e Supervisão – Professora na Fucamp – Fundação Carmelitana Mário Palmério/FACIHUS – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Monte Carmelo - MG

analfabetismo informal, seja pela falha nos sistemas avaliativos, que não funcionam segundo os novos pressupostos terapêuticos do ensino. A escola para vencer os desafios que penetram os domínios da avaliação, no que se refere ao sistema de séries continuadas ou ciclos, necessita verificar se os profissionais da instituição agem segundo as novas diretrizes avaliativas, instituindo um caráter formativo e contínuo de função diagnóstica, processual e qualitativa, apontando as etapas de aprendizagens concretizadas e as que precisam de novas intervenções de recuperação. Avaliar o aluno significa configurar práticas pedagógicas que promovam e enfatizem as progressões cognitivas e não acionem práticas que concorram para as rupturas de aprendizagem. O perfil do docente atual teria que se apresentar diferentemente do perfil do professor tradicional, técnico, cuja forma de avaliar se processava de maneira controladora, objetivando atender somente a dimensão burocrática do sistema educacional. A inovação avaliativa de diagnóstico precede uma ação descritiva com a finalidade de conduzir as medições de aprendizagem ao conhecimento efetivo, redimensionado para superar os obstáculos verificados, e conseqüentemente, dar ênfase a maior produção de saberes.

Freire afirma o seguinte: “Gosto de ser gente porque a história em que me faço com os outros e de cuja feitura tomo parte é um tempo de possibilidades e não de determinismos (FREIRE,1996:23)”.

Tal como o aludido mestre percebe, vários são os autores que têm discutido sobre a avaliação, refutando as ações de opressão e determinismos oriundos de notas implacáveis, como tática pedagógica negativa de verificar níveis de conhecimentos do aluno, no desenvolvimento da aprendizagem. A intenção atual é valer-se dela como meio de promoção do alunado durante as atividades investigativas de resultado, momento em que o professor se revela justo e efetivamente capaz de instrumentalizar as avaliações de forma flexível e produtiva.

Os princípios de investigação existentes nas avaliações de diagnóstico, durante a prática educativa, são o de utilizar o bom senso como eixo principal de equilíbrio nas análises e nas tomadas de decisões ao pesquisar o conhecimento que já foi obtido pelo aluno, com o objetivo maior de nortear novos estudos e de atuar também como elemento mediador nas relações entre professor e aluno nas diversas situações do cotidiano na sala de aula. A análise de diagnósticos realizados sob um foco sensato, fomentando a

construção do ensino para gerar aprendizagem, torna-se ferramenta indispensável na elaboração de um “check-up”.

O perfil do professor, neste momento, define ou não um educador democrático que alonga através da pesquisa avaliativa os aprofundamentos de conteúdos em função do aluno.

É compreensível a complicação em torno da avaliação, considerando-se os momentos políticos históricos ditatoriais pelos quais passou o país e que acabaram por influenciar os paradigmas educacionais, transportando para as escolas procedimentos autoritários, definidores do sucesso ou do fracasso do aluno.

Freire sobre este aspecto, esclarece que “a autoridade docente legítima reside na indiscutível sabedoria do professor, o que lhe confere supremacia e segurança nas relações com os alunos”. (FREIRE, 2002:102) O autoritarismo do professor decorrente apenas em função do cargo que ocupa, revela a sua própria incompetência, gerando atitudes arrogantes, contradizendo os pressupostos de caráter transformador de humanização e de ética na docência.

A avaliação da aprendizagem escolar no Brasil, hoje, tomada in-generis, está a serviço de uma pedagogia dominante que, por sua vez serve a um modelo social dominante, o qual, genericamente, pode ser identificado como modelo social liberal conservador, nascido da extratificação dos empreendimentos liberal conservador que culminaram na Revolução Francesa. (FREIRE, 2002; p. 102)

As gerações têm sua infância, sua juventude e sua idade madura, traduzindo em cada etapa a assimilação de idéias novas e formulações proporcionais ao seu desenvolvimento. Disso deduz-se que, estamos sempre na condição de aprendizes, nos horizontalizando com os alunos na permanente busca do conhecimento. A observância desse fato destina-se a explicar a inutilidade do estilo de professor conservador, autoritário, considerando a nossa constante necessidade de estudar, fato que nos coloca sempre no papel de eternos aprendizes. O conhecimento é infinito e pensamos que este posicionamento destitui o autoritarismo de alguns sobre outros.

Torna-se relevante lembrar que a relação de domínio, poder e superioridade do professor, é inoportuna em todo sentido, desde a exclusão do aluno que não consegue avançar por medo de não corresponder às expectativas do professor, até ao comprometimento profissional diante de suas responsabilidades como educador. É

tempo de refletir sobre os resultados alcançados, tanto sobre a eficiência do educador, pois ele deverá ser avaliado pela própria instituição e também não obter bons resultados, quanto pela sua própria consciência, questionando-se: - Será que contribuí para estas pessoas crescerem? Fiz tudo que estava ao meu alcance para promove-las? Ou não?

Pilleti assegura que “há ainda nas escolas atuais, professores que adotam procedimentos tradicionais negativos autoritários” (PILLETI, 2002:192), levando-nos a perceber que as mudanças, na busca de renovação educacional, para atender abordagens diferentes, principalmente nos aspectos sociais mais solidários e humanistas, são difíceis ainda de serem atingidas. Os professores ainda mantêm um clima de terror e uma posição de poder, nos dias de prova, caracterizando sobremaneira o perfil de um mestre com intenções claras de punir e humilhar os alunos.

Candau, afirma também que “freqüentemente se vê utilizar a avaliação como instrumento de se conseguir disciplina” (CANDAU, 1998: 155). Estes dois autores apontam estas articulações arbitrarias, uma de aspecto dominador e outra de cunho disciplinatório, como estratégias que geram o fracasso na aprendizagem do alunado, promovendo mais um sentimento de culpa e medo, uma incapacidade de aceitar as próprias falhas, que o levam a se sentir emocionalmente desconfortável por não conseguir compreender os conteúdos.

Este estado de espírito compromete a compreensão cognitiva através de bloqueios mentais, criando um círculo limitado, agravando cada vez mais os processos naturais que atuam na produção de ensino/aprendizagem.

Os protagonistas principais da cena, nas salas de aula – os professores, precisam conscientizar-se de que se continuam a caminhar pelas trilhas convencionais negativas, ou seja, se persistem na utilização da avaliação como instrumento de punição, estarão comprometendo o progresso de seus alunos no serviço da busca do autêntico conhecimento.

Vasconcelos faz uma severa crítica a estes procedimentos inadequados, ao rememorar a seguinte frase, freqüentemente pronunciada por professores incautos nos círculos escolares, evidenciando um contra-senso:

“A escola precisa aumentar as exigências sobre a nota” (VASCONCELLOS, 2001:16). Esta afirmação nos remete a cogitar sobre as atitudes de professores que insistem em não refletir sobre a necessidade de rever e modificar seus conceitos

educacionais no sentido de buscar melhoramento intelectual, potencializando o aluno em saberes e de se preocupar em prepará-lo verdadeiramente para o mundo como cidadão soberano, crítico e consciente do seu papel na sociedade. O compromisso dos profissionais da educação reside no compromisso com as ações democráticas da escola e com a qualidade do ensino, apesar das dificuldades e problemas a enfrentar. Por essa razão é que estas ações autoritárias devem ser repudiadas veementemente, caracterizadas como práticas de avaliação perversas e inconcebíveis.

Julgar é desvalorizar e intimidar. A auto-estima do aluno desaba, desmoronam-se também os processos de aprendizagem, que se travam na inação do desinteresse e da desmotivação. Reforçamos que errar, reconhecer o erro e fazer novas escolhas, são o dom supremo de utilizar o livre arbítrio que nos é concedido como princípio universal empregado para se compreender as ações humanas, diante do qual o educador se curva para não ser o vetor das oportunidades que cada aluno merece ter para crescer.

Luckesi, aponta o “erro como fonte de virtude” na aprendizagem escolar, promovendo-o a instrumento flexível de extratificação empírica. Quando se erra não há por que ser castigado pelos outros ou por si mesmo em função de uma solução “mal sucedida”; temos pelo contrário, de nos utilizarmos do erro para buscar as soluções pretendidas. Atualmente não há mais lugar para a mentalidade de ação e punição ou para “quem faz tem de pagar”. Concordamos com o autor quando diz que o erro pode ser utilizado como fonte de virtude, porque o professor deve estar “aberto” (LUCKESI, 2002:56) para observar o erro como acontecimento e não como um insucesso, pois o mesmo deve servir nesse contexto de trampolim para a vitória.

Sacristán diz que, “avaliar, também significa realizar um processo pós- ativo de ensino. O que é avaliar? Avaliar é calcular, taxar, valorizar, apreciar, atribuir valor a alguma coisa”. (SACRISTÁN, 1996, p.297)

A compreensão do erro é o passo fundamental para a sua superação, servindo para reorientar seu entendimento e a prática, utilizando-o não como fonte de castigo, mas sim como suporte para retirar dele os mais significativos benefícios. Ressalta o autor que é importante a reflexão e a tomada de consciência sobre o ocorrido, para melhorar os aspectos metodológicos, reforçando mais uma vez a necessidade de se utilizar na prática pedagógica a avaliação de diagnóstico. Para isso a escola poderá também realizar projetos de apoio e avanço á aprendizagem dos alunos retardatários,

com aprimoramentos de prática coletiva na busca de soluções de problemas juntamente com os canais interativos entre professores e a comunidade escolar, como uma nova proposta curricular.

Avaliar é um processo contínuo de pesquisas que visa interpretar os conhecimentos, habilidades e atitudes dos alunos, tendo em vista mudanças esperadas no comportamento, propostas nos objetivos, afim de que haja possibilidades de replanejamentos no trabalho do professor (PILLETI, 2002:190).

Estas ações de uma nova metodologia de avaliação como processo de ensino aprendizagem deve partir de metas de planejamento da escola e serem estabelecidas pelo sistema, como programa de consolidação do ensino. A avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno permite observar, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, a cerca do rendimento escolar e conseqüentemente possibilita a promoção do aluno. Esta concepção implica construir uma nova cultura para a avaliação, enquanto estratégia de realização de diagnósticos, identificação de problemas e, quando for o caso, de redimensionamento do processo educativo. Isto significa que a avaliação não tem como objetivo premiar ou punir.

Sacristán, afirma que “cabe á escola cumprir o papel de investigação nos pressupostos teóricos metodológicos e procedimentos atitudinais de seus professores” (SACRISTÁN, 1996:298), os quais devem no nosso entender, apoiar-se sobre bases psicológicas de processos de desenvolvimento, considerando que a sociedade é composta de classes antagônicas exigindo aspectos relacionais entre professores/alunos e meios sociais, para uma formação adequada a cada clientela. Os pressupostos pedagógicos curriculares devem, portanto, ser definidos junto ás atividades avaliativas segundo as necessidades reais de cada instituição, a fim de atender as variadas concepções do homem, de como ele pode adquirir conhecimento e avalia-lo nas diferentes concepções culturais, de intencionalidade justa, amorosa, dialógica e libertadora de maneira a auxiliar o aluno a superar os obstáculos.

Estas condicionantes que configuram a educação no ato de avaliar interferem implicitamente nos processos de ensino aprendizagem e constituem um desafio de grande porte, não apenas incidindo sobre a responsabilidade do professor como sobre a comunidade escolar. O trabalho deve ser coletivo e abrangente, articulado junto aos

desdobramentos curriculares para que a proposta implementada seja efetivamente consistente e real.

### **Considerações finais**

As estatísticas educacionais revelam que nem a permanência e nem a evasão escolar correspondem ao conceito de democratização da escola tão difundida politicamente, afastando-se dos objetivos pedagógicos.

Apenas 56% da população escolar que anualmente ingressam na primeira série do primeiro grau, 560, não são no final do ano, aprovados na 1ª. série, com dificuldades na apropriação ativa dos conteúdos.

O acesso universal ao ensino é um elemento essencial da democratização escolar, porém a sociedade criou subterfúgios que impediram o direito a esse benefício, contendo mecanismos para atender seus próprios interesses, com o fito de excluir os indivíduos pertencentes às camadas populares.

(LUCKESI, 2002: 63).

Acreditamos que esta ocorrência grave apontada pelo autor foi discutida para propor de maneira coletiva e como prática social democrática uma avaliação articulada para impedir a evasão, utilizada como instrumento essencial à permanência e à terminalidade do educando na instituição. Como? Insistindo nos programas de avanços de recuperação dentro da escola, permitir a inclusão daqueles que se encontram em dificuldades, disponibilizando recursos humanos, didáticos e avaliações de diagnósticos para a superação dos problemas. Enquanto o aluno se preocupa com a nota o professor deve se preocupar com a intencionalidade que tem ao avaliar e conseqüentemente com a vitória na aprendizagem. É necessário que: “os estudos de recuperação”, após o prognóstico, seja uma proposta de ensino, na observância de que se os alunos vão mal, é porque o professor está falhando nas práticas didáticas. É necessário reforçar os conhecimentos durante todo período letivo, principalmente nos casos de baixo rendimento, lembrando que no ambiente escolar, a avaliação só faz sentido quando serve para auxiliar o estudante a superar as dificuldades.

Diz-se que Thomas Edison fez mais de mil experimentos para chegar ao bem sucedido na descoberta da lâmpada incandescente. Conta seu anedotário

biográfico que, após muitos experimentos mal sucedidos, um seu colaborador quis desistir do empreendimento e Edison teria comentado: "Porque desistir agora, se já sabemos muitos modos de como não fazer uma lâmpada? Estamos mais próximos de saber como fazer uma lâmpada. (LUCKESI, 2002:56).

O autor faz uma colocação pertinente ao aconselhar que as dificuldades e erros devem ser vistos como possibilidades de intervenção pedagógica e não como fontes de culpa e castigo, embora as práticas avaliativas necessitem ser repensadas, pois percebe-se que os professores têm dificuldade em executar essa tarefa dentro da nova lógica proposta. O problema não é apenas com as metodologias adotadas, mas essencialmente com a intenção do professor diante dos processos avaliativos que não resultam em aprendizagem alguma. A avaliação deve ser compreendida como uma crítica do percurso de uma ação, evitando, com os replanejamentos pedagógicos, o conflito de “não aprender”, considerando que esta é a maior razão do desinteresse. Quando o aluno não aprende, não consegue compreender uma dialética cognitiva dentro da sala de aula, reforçando que esta é a determinante da evasão e da não terminalidade escolar.

Cumpra-se como dever constitutivo do corpo administrativo pedagógico e principalmente dos agentes responsáveis diretos, os professores, elaborarem uma reflexão sobre a forma como estão sendo realizados os testes avaliativos. É necessário eliminar a prática autoritária, e na dimensão do ensino, verificar como os professores estão ensinando, se respeitam os ritmos individuais de aprendizagem de cada aluno, se avaliam o que realmente foi ensinado, como estão diversificando e valorizando as inúmeras habilidades e dons dos alunos, respeitando as diferenças culturais, econômicas e sociais de cada um. O caráter inovador na avaliação envolve uma profunda mudança de concepção sobre como avaliar praticando um ajuizamento que de fato sirva ao desenvolvimento da aprendizagem.

Por outro lado o professor precisa adquirir o desenvolvimento do senso crítico de maneira a se colocar seguro como educador e ao mesmo tempo, apesar de exercer uma prática educativa, lembrar que também é um estudante, pois o conhecimento é infinito e muito há que se aprender. Este universo de saberes é tão imenso que todos nós devemos envergar uma atitude de aprendizes, refletindo sobre o fato de que a avaliação nos auxilia a divisar patamares de conhecimentos atingidos, e neste caso a

auto-avaliação realizada pelo professor cumpre o seu papel de reorganizar seus próprios estudos e a maneira de como os aplica.

Vasconcellos, “afirma que o aluno tem um elevado custo social” (VASCONCELOS, 2001:15), e por esta razão acreditamos ser relevante apontar esta observação para refletir sobre a preocupação do Estado em recheiar as escolas do “produto/aluno” sem se preocupar com a permanência e terminalidade dentro delas. Acreditamos serem essenciais a formação continuada dos profissionais escolares e melhores salários pagos a eles, tendo-se em vista que estes fatores pesam muito no interesse e na qualificação dos professores que são os atores principais da cena como agentes diretos dos processos de ensino/ aprendizagem.

O Estado parece pretender direcionar a avaliação para “não formar” cidadãos cultos, e gerar operários de produção de baixo custo, visto que se preocupa muito em cumprir um trato econômico de apenas “abarrotar” as escolas, preocupado com o número de acesso escolar. No entanto, não tem a mínima preocupação com os salários dos professores e sua formação continuada, gerando uma situação de desinteresse por parte de um professor que “faz de conta” que ensina, cumpre sua carga horária sem se preocupar com as renovações pedagógicas e didáticas, sem intenção alguma de formar alunos plenamente, culturalmente, amplamente, criticamente. O caos reside no descaso geral (os professores não ensinam e os alunos não aprendem) tendo como consequência um grande fracasso escolar - a evasão. As novas práticas didáticas avaliativas são fundamentais para evitar este triste fracasso, mas a instituição que contém professores desmotivados, corre o risco de manter falhas no programa de ensino com relação á ritmo, disposição e hábito de estudos, perseverança, metodologias adequadas, didática pedagógica qualificada, boa intenção em promover alunos e outros caracteres que envolvem o desenvolvimento escolar.

É indiscutível que a falta de preparo dos professores que não se preocupam com a questão do conhecimento efetivo torna o ato educativo um definidor implacável e discriminatório de fracasso dos alunos e, no caso deste estudo, a avaliação sem ser reformulada, continuará comodamente sendo aplicada de forma tradicional e autoritária, como reflexo do desinteresse do professor devido a falta de estímulo salarial.

O professor transformador necessita aderir aos novos atos de concepção ao avaliar, o que significa considerar os aspectos cognitivos, afetivos e sociais do aluno de forma flexível e dinâmica através de diagnósticos de estudo no cotidiano da sala de

aula. É trabalhoso, mas o ensino deve ter uma avaliação de construção de saberes cumulativos, com procedimentos estimativos de finalidade útil, aplicados como meios de averiguar os níveis de aprendizado atingido e ser funcional na determinação do sucesso escolar. A atitude do professor diante da avaliação é que equilibra e determina as suas funções como uma prática boa ou ruim, definindo-a como ponto de partida para se orientar as alternativas de aprendizagem.

Ao se pensar na transformação libertária dos sujeitos, há que se definir um sujeito que adquiriu conhecimentos para se tornar crítico, autônomo e participativo dentro da sociedade. Ao atingir as últimas séries do Ensino Fundamental sem ter conquistado saberes básicos, ou melhor, “sem saber ler e escrever”, o indivíduo não estará pronto para continuar os estudos e muito menos para “enxergar” o mundo, como pregam os estudiosos da nova era educacional. É a partir do conhecimento que naturalmente nos emancipamos, ou seja, nos tornamos indivíduos capazes de detectar e renegar os discursos dominantes e lutar por uma sociedade melhor.

Enfim, a tomada de consciência deve ser geral, desde o aspecto individual e coletivo, de abordagens pedagógica e profissional, refletindo sempre sobre a responsabilidade que pesa sobre a tarefa de educar, até a consideração de que a sociedade muda a escola, mas a escola também pode mudar a sociedade, no sentido de avançar para a elevação da qualidade de ensino em nosso país.

Entretanto, nosso foco de atenção nestes estudos pertinentes à uma nova dimensão pedagógica para a aplicação da avaliação escolar recai muito mais sobre as atitudes e procedimentos dos professores do que propriamente no que se refere às novas metodologias e às políticas públicas salariais. A proposta essencial desta análise é trazer à baila a avaliação como veículo de promoção; é estabelecer uma sintonia entre os processos de ensino aprendizagem e as ações avaliativas de diagnóstico como indicadores determinantes do sucesso do aluno; é não utilizar a avaliação como instrumento de domínio ou punição; é essencialmente propor uma atitude positiva do educador frente às avaliações escolares.

Essa revisão conceitual é necessária e compatível com os aspectos lógicos educativos, acelerando o desempenho dos alunos nas estratégias de intervenção pedagógicas consideradas relevantes no empreendimento de aprendizagem efetiva do aluno. Os passos decisivos para esta realização de promoção, através destas

estratégias são, basicamente a intervenção de toda a equipe escolar junto aos estudos de recuperação, como norma de obrigatoriedade da instituição.

### Referências:

CANDAU, Vera Maria ( org.). **Rumo a uma nova Didática**. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 23 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HAYDT, Regina Cazaux. **Avaliação do processo Ensino-Aprendizagem**. 5 ed. São Paulo: Ática, 1995.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem Escolar: estudos e proposições**. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Prática Escolar: do erro como fonte de castigo ao erro como virtude**. Série Idéias n. 8, São Paulo: FDE, 1998.

PILETTI, Claudino. **Didática Geral**. 23ª ed. S.Paulo: SP- editora Ática, 2002.

RABELO, Edmar Henrique. **Avaliação: Novos Tempos Novas Práticas**. 4ª ed. Petrópolis: Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998.

ROMÃO, José Eustáquio. **Avaliação Dialógica, desafios e perspectivas**. 5ª ed. São Paulo: Editora: Cortez, Instituto Paulo Freire, 1998.

SACRISTÁN, Gimeno J.- GÓMEZ, Perez A.I. **Compreender e Transformar o Ensino**. 4ª ed. trad. ROSA, Ernani da Fonseca, ArtMed- 1998.

VASCONCELLOS, Celso do S. **Avaliação: Concepção Dialética Libertadora do Processo de Avaliação Escolar**. 14 ed. Cadernos Pedagógicos do Libertad - Centro de Pesquisa, Formação e Assessoria Pedagógica. São Paulo: Libertad, 2001.